

11

*Elisabete Gonçalves de Souza
Universidade Federal Fluminense*

*Carolina Carvalho Rodrigues
Instituto Federal do Rio de Janeiro campus Belford Roxo*

*Isabella Henrique Lima Pereira
Universidade Federal Fluminense*

ARQUIVOS ESCOLARES:

**ESTUDO DE CASO NAS ESCOLAS
DO TRABALHO DE NITERÓI (RJ)**

Os arquivos escolares são classificados como especializados, pois reúnem “documentos resultantes da experiência humana num campo específico, independentemente da forma física que apresentem” (Paes, 2002, p. 20).

Já a expressão “arquivo histórico escolar” refere-se à forma como a área de História da Educação nomeia os conjuntos documentais permanentes sob a guarda das instituições escolares. São documentos em sua maioria administrativos como registros de matrícula, certificados, boletins etc., ou relacionados à gestão escolar: currículos, planos de aula, ementas de disciplinas etc. Segundo Furtado (2011, p. 149), “esses arquivos ocupam um lugar central e de referência no universo das fontes de informação que podem ser utilizadas para reconstruir o itinerário [histórico, pedagógico e curricular] da instituição escolar”.

Este trabalho relata pesquisa realizada entre 2014 e 2019 e analisa a natureza dos fundos arquivísticos produzidos por instituições escolares denominadas “escolas do trabalho”, tendo em vista o valor de seus documentos para a administração escolar e para os estudos e pesquisas sobre a memória da educação profissional no Brasil. Para tanto, considerando os princípios da identificação arquivística observados por Rodrigues (2011a), foi necessário o estudo das instituições produtoras aliado ao dos documentos de arquivo. Como objeto empírico da pesquisa, foram escolhidos os arquivos das atuais Escola Técnica Estadual Henrique Lage (ETEHL) e Colégio Estadual Aurelino Leal (CEAL), entidades localizadas na cidade de Niterói, RJ.

Criadas no início do século passado com o propósito de formar trabalhadores para a indústria nascente, as escolas do trabalho tiveram a nomenclatura modificada para Ginásio Industrial, Escola Técnica, Escola Profissional, dentre outras, em função das reformas no ensino promulgadas à nível federal e estadual.

Ciavatta e Frigotto (1993) identificam em seu processo de institucionalização duas perspectivas de organização do trabalho social necessário para o desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo industrial do início do século XX: a aprendizagem de ofícios com a finalidade de “assistir” os menores desvalidos, numa ação pautada nos princípios da moral cristã, que considera o trabalho como atividade que dignifica o homem e o afasta do vício; e a ideologia liberal, que vê o trabalho como agregador de valor, como força produtiva e base da acumulação capitalista.

Até meados dos anos de 1920 a primeira ideia foi hegemônica, mas, com o avanço da industrialização, as escolas para os “meninos pobres”, de ocupação artesanal, foram substituídas por escolas de profissionalização. A convergência dessas propostas levou o governo federal a criar uma rede de Escolas de Aprendizizes Artífices com ênfase no ensino e na preparação pré-profissional e profissional orientada para as necessidades da indústria.

As reformas no ensino médio e profissional ao longo dos anos trouxeram implicações para a identidade das escolas, pois elas tiveram “que se inserir, sem a opção do contrário, em projetos não construídos por elas próprias, mas por sujeitos externos, e, nessa contradição, novas identidades foram tecidas” e outras silenciadas (Ciavatta, 2006, p. 8). Cabe-nos então perguntar: qual a memória que preservam e qual a história que constroem sobre si próprias?

Parte-se do pressuposto que só por meio da organização de seus arquivos e da identificação de outras fontes documentais é possível empreender um diálogo com o passado. Como ressalta Hobsbawm (1998, p. 23), “o passado é uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana [...] a ferramenta analítica mais útil para lidar com a mudança constante, mas em uma nova forma”.

No campo educacional, a memória da educação para o trabalho é um tema pouco explorado, dada a quase ausência de registros históricos descritivos das atividades das “escolas do trabalho” em nosso país, fato este motivado pela carência de recursos financeiros e humanos especializados na organização e tratamento dos documentos produzidos por essas instituições (Ciavatta, 2006). Dado isto, justifica-se o desenvolvimento de metodologia para a organização dos arquivos históricos escolares na contribuição para prestação de informações com mais eficácia para os usuários, pois facilita a localização da documentação e o conhecimento da história institucional.

A pesquisa se propôs a formular metodologia para a organização dos arquivos das duas instituições investigadas, especificamente da série dossiês, que reúne documentos sobre a vida pessoal e escolar dos discentes, além de dados sobre o currículo, disciplinas cursadas, etc. Buscou-se por meio do diagnóstico identificar a qual fase da escola os documentos inventariados pertenciam, ajudando-nos a esboçar um novo arranjo para esses arquivos. Conforme Bellotto (2006, p. 136) “[...] a operação do arranjo se resume à ordenação dos conjuntos documentais [...], obedecendo a critérios que respeitem o caráter orgânico dos conjuntos, interna e externamente”.

Quanto aos objetivos, busca-se com esse trabalho relatar o diagnóstico da principal série desses arquivos – os dossiês discentes. Para alcançar esse objetivo foram traçados outros, a saber: a) conhecer e organizar a documentação das escolas investigadas tomando como marco histórico a criação da Escola do Trabalho e a legislação que ao longo das décadas sistematizou essa modalidade de ensino; b) explicar o método de identificação e descrição dos dossiês e as propostas de organização que foram encaminhadas aos gestores das instituições; c) contextualizar a documentação produzida relacionando-as com os projetos de educação profissional em curso no país nas décadas de 1920-1970; d) relatar metodologia aplicada para o desenvolvimento de um glossário para identificar os tipos de documentos arrolados nos dossiês discentes.

APORTE TEÓRICO E METODOLÓGICO

Trata-se de pesquisa exploratória pautada em revisão de literatura sobre o tema, no âmbito da qual foram consideradas produções das áreas da História da Educação e da Arquivologia para abarcar os objetivos propostos. Uma vez que a pesquisa em bases de dados retornou poucas publicações da Arquivologia sobre arquivos escolares, trabalhamos com autoras clássicas como Camargo (2003) e Bellotto (2006).

Para além, consiste num relato de experiência. Como em ambas as escolas o arquivo acessado era formado quase em sua totalidade pelos dossiês de alunos, narram-se as etapas de inventário, diagnóstico e descrição desse material arquivístico. Sob esse aspecto, a pesquisa caracteriza-se também como aplicada devido ao intuito de desenvolver metodologia para a organização de arquivos escolares. Para tanto, cercou-se dos métodos e técnicas oriundos da Arquivologia a fim de realizar diagnóstico e elaborar instrumentos que auxiliem na identificação dos documentos componentes dos dossiês e permitam sua descrição de forma contextualizada à luz das reformas do ensino, com a incorporação de conteúdos de natureza curricular e pedagógica para enriquecimento semântico do trabalho. Procurou-se criar metodologia passível de uso pelos gestores dos arquivos com vista à organização de seus fundos, com destaque para a necessidade de separação dos documentos de diferentes idades, situação ainda predominante nestas instituições.

Segundo Oliveira e Bedin (2018), o diagnóstico é um instrumento norteador de avaliação documental que auxilia na coleta das informações necessárias, de ordem física ou orgânica, para o desenvolvimento de propostas para a melhoria do arquivo. Nos casos aqui relatados, considerou-se nesse processo as reformas no ensino promovidas pelos governos, federal e estadual, já que elas, em sua maioria, impõem às escolas um novo regime de informação nos campos administrativo e pedagógico, o que implica em mudanças na produção dos documentos.

Descrever os documentos guardados nos arquivos dessas escolas e sistematizá-los a partir dos conhecimentos e técnicas de organização e tratamento da informação oriundas das ciências documentais, especificamente da Arquivologia, foi um dos desafios que o projeto de pesquisa encontrou. O outro foi convencer as instituições da importância de identificar, descrever e organizar a massa documental acumulada, já que é comum encontrarmos documentos correntes ao lado de dossiês que remontam às primeiras décadas do século passado, em arranjo alfabético que não explicita o contexto de produção. Observa-se que, após o trabalho de campo, foram levantadas as tabelas de temporalidade e os planos de classificação existentes para ambas as instituições, o que ressalta a necessidade de sensibilização das equipes para levar adiante o trabalho.

Um dos aspectos que contribuiu para a argumentação sobre a importância do tratamento documental é o crescente interesse recebido pelos estudos sobre as memórias individuais e coletivas nas últimas décadas no Brasil, o que tem desencadeado na criação de centros de memória nas escolas, espaços desenvolvidos pelos docentes para a custódia e organização da documentação (textual, impressa sonora, imagética e tridimensional) produzida e acumulada pela instituição no decorrer de suas atividades, com o objetivo de preservar e resgatar suas memórias e histórias.

Pierre Nora (1993, p. 23) corrobora com essa reflexão ao dizer que a preocupação com a organização de “os lugares de memória” coloca os arquivos como testemunhos de um outro tempo, “sinais de reconhecimento e de pertencimento a um grupo” em uma sociedade em que experiências coletivas perdem-se face aos interesses pessoais e particulares. Por isso, preservar “traços e vestígios é a forma de contrapor-se ao efeito desagregador da rapidez contemporânea [...] em que o passado vai perdendo seu lugar para um presente eterno com a ameaça da perda da identidade” (D’Alessio, 1993 *apud* Ciavatta, 2006, p. 8).

No tratamento técnico e na sistematização do registro documental utilizou-se o método empírico-dedutivo: os dossiês foram analisados em seu contexto histórico e pedagógico, segundo o princípio da proveniência com o fim de preservar a organicidade.

Para essa etapa foi elaborada uma planilha com metadados para identificação do conteúdo dos dossiês, inclusos dados pessoais e escolares dos discentes e informações de interesse dos gestores institucionais. Também foi criado um glossário para ajudar na identificação da tipologia dos documentos encontrados nos dossiês e pastas. Segundo Rodrigues (2011b, p. 44), a identificação é uma atividade que deve ser realizada “[...] para definir requisitos normalizados de planejamento das funções que sustentam o tratamento técnico documental, seja no momento da produção ou da acumulação”.

A descrição seguiu as orientações estabelecidas pela Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), cujo objetivo é estruturar a informação a partir de elementos de descrição comuns (alguns obrigatórios, como código de referência; título; data(s); nível de descrição; dimensão e suporte; nome(s) do(s) produtor(es); condições de acesso etc.). Como apoio para a criação de pontos de acesso para pessoas e entidades envolvidas, usou-se a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (ISAAR CPF) e os capítulos 22 e 24 da segunda edição do Código de Catalogação Anglo-Americano.

A normalização e padronização visam garantir descrições consistentes, apropriadas e autoexplicativas, que contribuam para a economia dos recursos aplicados e para a otimização das informações recuperadas, além de resultarem em instrumentos de pesquisa mais precisos que facilitam o acesso à informação. Os processos de normalização documental definem informações elementares, mas o formato final dos instrumentos de pesquisa é definido por cada entidade custodiadora (Souza, 2008).

Por fim, foram acrescentados à planilha campos para informações de ordem pedagógica, como data de ingresso na escola profissional, escola primária de origem, cursos escolhidos, ano de conclusão etc., e de ordem pessoal (sócio-econômica), como o nome da escola de origem, a profissão dos pais, o bairro onde residia, a religião etc.

ESCOLAS DO TRABALHO: ANTECEDENTES DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Com a publicação do Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, o então presidente do Brasil, Nilo Peçanha, criou as “Escolas de Aprendizes Artífices”, regulamentando a Lei n. 1606, de 29 de dezembro de 1906. Voltadas ao ensino primário, essas instituições deveriam ser criadas nas capitais dos estados com esforços do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio a fim do governo cumprir seu dever de “[...] formar cidadãos úteis à nação ao [...] não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime” (Brasil, 1909, não paginado).

No entanto, três anos antes da promulgação do Decreto Federal esse tipo de escola já existia no estado do Rio de Janeiro. O próprio Nilo Peçanha criara três escolas profissionais, que “[...] tinham por finalidade a habilitação moral e técnica de menores residentes no estado, de idade entre 9 e 16 anos” (Soares, 1981, p. 69), com base no Decreto nº 1.004, de 11 de dezembro de 1906. Nessas instituições, os alunos escolhiam entre diversas profissões em cursos sem duração específica. Havia casos de alunos que aprendiam um ofício e abandonavam a escola para trabalhar e, mesmo os que permaneciam até o final do curso não tinham a certeza da atuação

profissional, pois aqueles que, após o exame final, “[...] fossem julgados inaptos ao exercício profissional não poderiam ser readmitidos” (Soares, 1981, p. 71).

Nesse sentido, pode-se dizer que as Escolas de Aprendizizes Artífices representaram a disseminação, “no plano federal, da experiência que se tentou no plano estadual, municipal ou particular, antes de 1909, no tocante à formação escolar da força de trabalho para a indústria” (Soares, 1981, p. 75).

Na década de 1930, com a Reforma Francisco Campos os cursos profissionais, organizados como ensinos industrial e comercial, se restringiam à formação de mão de obra para o mercado de trabalho não sendo permitido aos seus concluintes o ingresso no ensino superior, privilégio exclusivo dos estudantes que concluíam o ensino secundário propedêutico.

Em 1942, devido a Lei Orgânica do Ensino Industrial, as Escolas do Trabalho tornaram-se “Ginásios Industriais”, continuando assim à missão de formar trabalhadores e trabalhadoras. A falta de flexibilidade se manteve, sendo o acesso a cursos superiores permitido apenas no ramo profissional correspondente (Romanelli, 1986).

Duas escolas de formação profissional, uma masculina e outra feminina, foram criadas em Niterói. A documentação da escola do trabalho masculina, especificamente os dossiês discentes, estão sob a custódia da escola que a sucedeu, a ETEHL, unidade de educação profissional da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAE-TEC), órgão ligado à Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação. O mesmo ocorreu com a documentação da escola do trabalho feminina, cujos documentos estão atualmente sob a custódia do CEAL, unidade de ensino médio da Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC).

Sobre a dualidade entre os dois ramos de formação, cabe ressaltar que equiparação entre o ensino profissional técnico e o ensino secundário (propedêutico/científico) só ocorreu em 1961, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, mas em termos de organização curricular, a dualidade estrutural continuou, dada a ascensão, em 1971, do ensino profissionalizante em detrimento da escola de unitária, de base científica, técnica e de cultura humana, como modelo de educação profissional no Brasil.

Essas contradições se expressam na organização da documentação das escolas aqui investigadas, sendo fundamental para conhecermos as atividades das escolas que as antecederam e identificar os tipos de documentos que forjaram a institucionalização de seus currículos em diferentes fases de suas histórias. Camargo (2003, p. 12, p. 15) explica que a autenticidade dos documentos de arquivo depende de sua natureza contextual, da capacidade de refletir as atividades que lhe deram origem, “conferindo-lhes tempo e circunstância”, cujo significado só é alcançado plenamente no “âmbito das relações que mantêm entre si”.

Na subseção a seguir, caracteriza-se os arquivos escolares para a Arquivologia.

ARQUIVOS ESCOLARES À LUZ DAS PROPOSTAS DA ARQUIVOLOGIA

Segundo Bellotto (2006, p. 28), “O documento de arquivo só tem sentido se relacionado ao meio que o produziu. Seu conjunto tem de retratar a infraestrutura e as funções do órgão gerador”.

Como expõe-se no decorrer do trabalho, os arquivos escolares cumprem sua função administrativa e jurídica para o produtor e para “[...] o cidadão interessado em testemunhos que possam comprovar seus direitos e o cumprimento de seus deveres para com o Estado” (Bellotto, 2006, p. 28), assim como possuem valor secundário, como, por exemplo, o potencial como fonte para a história da Educação a partir de informações sobre métodos de ensino, sobre a relação da instituição com a sociedade etc.

Todas essas ponderações perpassam o reconhecimento da entidade produtora. Afinal, “Sem que se conheça o ato de criação, a evolução, a competência e as atribuições de cada organismo governamental ou organização privada, e qual sua posição no organograma administrativo, não se pode estabelecer o quadro de fundos [...]” (Bellotto, 2006, p. 32).

Por isso, destacamos a contribuição da identificação arquivística. Considerada por Rodrigues (2011a) como uma função apartada e de tradição ibero-americana, a identificação pressupõe estudos de tipologia documental e o levantamento de informações institucionais. Pode ser realizada em qualquer fase do ciclo documental, pois “É uma fase de levantamento de dados que consiste em estudar analiticamente o documento de arquivo e os vínculos que mantém com o órgão que o produziu, seja em fase de produção ou de acumulação” (Rodrigues, 2011a, p. 118).

Ao mencionarmos o ciclo documental, ou a teoria das três idades, reconhecemos uma diferença entre as abordagens da Arquivologia e da História da Educação: enquanto os arquivos escolares são considerados históricos para a segunda, a primeira área considera como permanentes os documentos com o uso primário esgotado (Bellotto, 2006, p. 24). Significa dizer, como visto nas Tabelas de Temporalidade da FAETEC e da SEEDUC, que, na Arquivologia, documentos que integram os dossiês dos alunos são categorizados como de idade permanente após mais de 100 anos de sua produção ou

da finalização de sua tramitação. Essa orientação vai ao encontro do Art. 31 da Lei de Acesso à Informação que aborda a questão do tratamento de informações pessoais. O inciso II destaca que a documentação poderá “[...] ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem”. Ressalta-se, no entanto, que o consentimento não será exigido quando as informações forem necessárias: “[...] à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem [...]” (Brasil, 2011, p. 3).

Assim, ressaltamos que nos arquivos escolares há documentação, conforme avaliação de especialistas, que seguirá preservada e necessitará de descrição, a qual se materializa em instrumentos que refletem os interesses de pesquisa e se baseiam em técnicas de recuperação da informação (Bellotto, 2006). Além disso, a consulta às pesquisas da área de História da Educação justifica-se na compreensão dessas instituições em seu macro contexto sócio-econômico.

ESTUDO DE CASO

Nesta seção, relata-se o diagnóstico (ainda parcial) da documentação sob guarda dessas escolas, realizado no período de 2014 a 2019.

O ARQUIVO DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL HENRIQUE LAGE

A Escola do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro, atual ETEHL, foi criada primeiramente como Escola Profissional Visconde de Moraes em 1916. Em 1922 foi fechada e seus alunos transferidos para a Escola Profissional Washington Luiz (1923-1931). Em 1931, com a Reforma Francisco Campos, foi erigida à categoria de Escola do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro, assim permanecendo até 1941, quando, em uma homenagem do governador do estado ao industrial Henrique Lage, passou a chamar-se Escola Profissional Henrique Lage (Ciavatta; Frigotto, 1993, p. 537).

Situada no bairro do Barreto, região norte da cidade, a escola formou gerações de operários para as fábricas e estaleiros. Na época, Niterói passava por uma enorme expansão, principalmente no setor industrial, o que gerava a necessidade de trabalhadores qualificados.

Para o trabalho com a documentação, levantou-se por amostragem os dossiês discentes, resultando no inventário de 70 dossiês, datados entre 1931 e 1941. Para realizar o diagnóstico, entre 2014 e 2015, foi criada uma planilha para identificação e descrição dos dossiês, elaborada com base na NOBRADE (cf. Figura 1).

Figura 1 - Planilha para identificação e descrição dos dossiês

INVENTÁRIO	
Entidade Custodiadora	Escola Técnica Estadual Henrique Lage - ETEHL
Endereço:	Rua Guimarães Júnior, 182 - Barreto, Niterói - RJ, 24110-305
Biografia / história administrativa	Escola da rede FAETEC - Fundação de Apoio à escola Técnica, vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia. Entidade criada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro em 1997.
Fundo	Escola Técnica Estadual Henrique Lage
Código de Referência	BR, FAETEC, ETEHL
Seção	() Escola Profissional Visconde de Moraes () Escola Profissional Washington Luiz () Escola do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro
Biografia / história administrativa	Descrever aqui a história da escola cujo documento está sendo descrito
Série	Documentos da Administração Escolar - DAE
Subsérie	Dossiês dos alunos - DA
Nome do Produtor	(1) Escola Profissional Visconde de Moraes, 1916-1922 (2) Escola Profissional Washington Luiz, 1923-1930 (3) Escola do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro, 1931-1941
Código de Referência	BR, FAETEC, ETEHL, DAE, DA _____ (n. de acordo com o produtor)
Data (produção)	<i>Preencher de acordo com o produtor</i>
Nível de Descrição	Nível 4
Conteúdo	<i>Descreve aqui o conteúdo de cada pasta</i>
Nota: Código da pasta	<i>Descreve aqui o conteúdo de cada pasta</i>

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Os subfundos identificados no material inventariado e descrito foram: 1) Escola Profissional Visconde de Moraes (1916-1922); 2) Escola Profissional Washington Luiz (1923-1931); e 3) Escola do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro (1931-1941).

Dentre os cursos oferecidos estava o pré-profissional para menino entre 9 e 12 anos e os cursos profissionais, 13 a 15 anos, nas seções (oficinas) de madeira e metal.

Na leitura dos dossiês, encontramos pouca relação da escola com as indústrias da região, mas, em contrapartida, percebemos o alto índice de evasão. Poucos avançavam nos estudos profissionais, aprimorando-se nos ofícios de marceneiro, torneiro mecânico, etc. Após um ano na escola, a maioria saía para buscar emprego nas fábricas e estaleiros da região, onde podiam continuar a aprendizagem do ofício com os mestres. Diferentemente do que se supunha no início da pesquisa, não fora consolidado um retorno para a escola: em apenas cinco casos foi possível aferir, na amostra estudada, solicitação de reingresso em cursos profissionais por parte de ex-alunos do pré-profissional. Ainda sobre a evasão, dentre aqueles que avançaram nos estudos até o nível profissional, menos de 15% permaneceram por mais de dois anos na escola.

As informações de caráter histórico-pedagógico foram fundamentais para conhecermos a dinâmica dessas escolas e o perfil de seus alunos, na sua maioria filhos de famílias de baixa renda, moradores de bairros operários, iniciados no mundo do trabalho ainda crianças, pois tão logo terminavam o 3º ano da escola primária faziam exames de admissão para ingressar no pré-profissional.

O ARQUIVO DO COLÉGIO ESTADUAL AURELINO LEAL

Pioneiro na educação profissional feminina no Leste Fluminense, o atual CEAL também tem sua origem nas reformas na instrução profissional ocorridas durante o governo de Nilo Peçanha. Foi criado como Escola Profissional Feminina a partir da Deliberação nº 49, de 21 de dezembro de 1922, e seu funcionamento foi regulamentado pelo Decreto nº 1954, de 13 de maio de 1923, dando início às suas atividades.

Anteriormente sediado no prédio do antigo Asilo da Velhice Desamparada (atual Fundação Leão XIII), na década de 1940 a instituição foi realocada no espaço em que permanece até hoje, na Rua Presidente Pedreira, nº 79 – Ingá, Niterói – RJ.

No Colégio Estadual Aurelino Leal, foram descritos, em dois momentos, 173 dossiês, 1 livro de matrícula e identificados 5 subfundos: Escola Profissional Feminina Aurelino Leal (1923-1943); Escola Industrial Aurelino Leal (1943-1961); Ginásio Industrial Aurelino Leal (1961-1971); Colégio Técnico Estadual Aurelino Leal (1971-1976); Colégio Estadual Aurelino Leal (1976-).

De acordo com a documentação descrita, o currículo pautava-se no ensino de trabalhos domésticos, estes compostos de cozinha, copa, lavagem, engomagem e arranjos caseiros e oficinas de corte e costura e de bordados e rendas. Segundo estudo de Dutra (2013, p. 126), com destaque para a abordagem profissional, na década de 1920, as disciplinas com oferta registrada foram: “artes domésticas, oficina de costura, oficina de chapéus, oficina de rendas e bordados, oficina de flores e frutas, artes aplicadas, [...] música, economia doméstica, cozinha, [...] desenho e trabalho manual [...]”.

Para ingressar na escola, as moças precisavam cursar o 4º ano do ensino primário e serem aprovadas em exame de admissão. As análises dos boletins mostraram que as alunas permaneciam na escola por até quatro anos especializando-se em ofícios nas áreas de corte e costura, confecção de flores e chapéus. Apesar de na documentação da escola encontramos referência à disciplina Técnicas Comerciais, com oficinas de datilografia, nos dossiês analisados (1943-1971) não encontramos históricos escolares que as mencionem. Em 1971, quando da implementação de uma nova reforma educacional, foi criado o curso de técnico em contabilidade.

As idades de ingresso variavam entre 12 e 19 anos, com predominância da faixa etária dos 13-14 anos, diferentemente do que ocorria na escola profissional masculina em que os alunos ingressavam aos 9 anos nos chamados cursos pré-profissionais, modalidade que não havia na escola do trabalho feminina. Abaixo (Figuras 2 e 3), as planilhas de inventário aplicadas no diagnóstico deste arquivo:

Figura 2 – Planilha de diagnóstico: Arquivo CEAL (parte 1)

INVENTÁRIO - Parte I	
Entidade Custodiadora	Colégio Estadual Aurelino Leal
Fundo	() Colégio Estadual Aurelino Leal
Seção	Documentos da administração escolar
Série	Dossiê de alunos
Nível de Descrição	Nível 4
Subfundos	() Escola Profissional Feminina Aurelino Leal (1923-1943) () Escola Industrial Aurelino Leal (1943-1960) () Ginásio Industrial Aurelino Leal (1961-1970?) () Colégio Estadual Aurelino Leal (1971-1976?) () Colégio Estadual Aurelino Leal (1976- ?)
Contexto Histórico	<i>Não Preencher</i>
Arranjo / Ordenação	<i>Não Preencher</i>
Nota: Código da caixa / dossiê	

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Figura 3 – Planilha de diagnóstico: Arquivo CEAL (parte 2)

INVENTÁRIO - Parte II	
Nome do aluno	
Idade (data de nascimento)	
Ano de ingresso	
Residência (bairro / cidade)	
Coégio de origem	
Forma de ingresso	
Documentação encontrada (espécie / tipo)	<input type="checkbox"/> Ficha de solicitação de inscrição no exame de admissão <input type="checkbox"/> Certificado de aprovação em exame de admissão <input type="checkbox"/> Certidão de nascimento <input type="checkbox"/> Ficha de solicitação de matrícula <input type="checkbox"/> Declaração de transferência <input type="checkbox"/> Atestado de saúde <input type="checkbox"/> Atestado de vacinação <input type="checkbox"/> Declaração escolar <input type="checkbox"/> Fotografia 3x4 <input type="checkbox"/> Boletim escolar (Ficha individual) <input type="checkbox"/> Histórico <input type="checkbox"/> Outros: _____
Informações solicitadas	<input type="checkbox"/> Profissão dos pais: _____ <input type="checkbox"/> Outros: _____
Séries cursadas	
Concluiu os estudos	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Ano de conclusão	
Disciplinas formação geral	
Disciplinas profissionais	<input type="checkbox"/> Corte e Costura <input type="checkbox"/> Chapeus e flores <input type="checkbox"/> Bordade e renda <input type="checkbox"/> Confecção de roupas brancas <input type="checkbox"/> Secretariado <input type="checkbox"/> Contabilidade <input type="checkbox"/> Estenografia <input type="checkbox"/> Outros: _____
Obs:	

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Os dados referentes à evasão escolar são diversos. Em primeiro momento, identificamos a conclusão do curso por poucas ingressantes a partir da década de 1960, além dos casos em que só foram localizados documentos comprobatórios da solicitação de inscrição no exame de admissão. Esse panorama pode ser comparado ao da escola masculina, imaginando que, tão logo aprendiam o ofício, as alunas saíam em busca de trabalho. Outra hipótese identificada na análise é de que as alunas desistiam ou solicitavam transferência ao se tornarem repetentes.

Posteriormente, na segunda fase da análise nos arquivos, detectamos registros do início da fase mista da escola em relação ao alunado, mas ainda predominavam estudantes do sexo feminino.

Outro trabalho, realizado a partir de janeiro de 2018, foi a identificação das espécies e tipos documentais. Entende-se por espécie documental a “[...] configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas [e por tipo documental] a configuração que assume uma espécie documental, de acordo com a atividade que a gerou” (Camargo; Bellotto, 1996). Na Figura 4, lista-se parte dos tipos documentais encontrados no arquivo do CEAL:

Figura 4 – Planilha de identificação dos tipos documentais

Espécie	Tipo documental	Termo equivalente	Definição	Fonte
Certificado	Certificado ginásial	Certificado de conclusão de curso	Documento que comprova o término dos estudos do ginásio. O termo 'certificado ginásial' era usado antes da Lei 5.962, de 1971. O ginásio corresponde ao primeiro ciclo do ensino secundário.	DUARTE, S. G. Dicionário brasileiro de educação. Rio de Janeiro: Nobel, 1986. /n: Tesouro do Inep.
	Certificado de aprovação em exame de admissão		Documento que comprova a aprovação de uma pessoa no exame para admissão no nível ginásial. "Exame de admissão". Termo usado antes da Lei 5.692/71	DUARTE, S. G. Dicionário brasileiro de educação. Rio de Janeiro: Nobel, 1986. /n: Tesouro do Inep.
	Certificado de conclusão de Curso	Certificado ginásial	"Documento que comprova o término dos estudos de um curso ou de um grau de ensino".	BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Serviço de estatística educacional. Cuiabá: SEC/MT; Rio de Janeiro: FENAME, 1981. /n: Tesouro do Inep.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Em 2019, o modelo foi revisto para alinhamento com a terminologia usada nos estudos da Diplomática. Cabe ressaltar que o objetivo não é criar um glossário das espécies, mas contextualizar os tipos documentais encontrados na pesquisa, de modo a ajudar nos estudos futuros sobre classificação e arranjo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mantendo-se fiel ao princípio da proveniência “[...] segundo o qual os arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter sua individualidade, não sendo misturados aos de origem diversa” (Camargo; Bellotto, 1996, p. 61), buscou-se identificar na massa documental os subfundos acima descritos, assim como os tipos de documentos arrolados nos dossiês, atividades que demandaram a criação de uma planilha de descrição e um glossário, conforme mencionado anteriormente.

Nas planilhas de inventário, a pedido dos gestores, dispôs-se informações arquivísticas e outras de ordem pedagógica e pessoal, com o intuito de auxiliar pesquisadores nos estudos sobre a educação profissional.

Como dito anteriormente, o trabalho permitiu o esboço de um novo arranjo para a organização dos documentos por subfundos e/ou séries, além de subsidiar as instituições no processo de reconhecimento de sua história e recuperação de sua identidade como escolas de formação profissional, trajetória pouco conhecida de seus alunos e professores. Estas marcas do passado estão guardadas na maioria das vezes apenas nos documentos, pois os livros e equipamentos usados já foram descartados.

Por fim, a realização da pesquisa demonstrou que a organização desses arquivos significa mais eficiência para o trabalho de gestão escolar, tendo em vista que muitos dossiês são consultados para rever aposentadoria e pensões, pois o tempo de aprendizado em escolas técnicas e industriais contava para o cômputo desse benefício, conforme previsto no Art. 135 da Instrução Normativa nº 128 do Instituto Nacional do Seguro Social (2022).

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 7566, de 23 de setembro de 1909**. Crêa nas capitães dos estados da republica escolas de aprendizes artífices, para o ensino profissional primario e gratuito. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1909. Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 26 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal [...]. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 148, n. 221-a, p. 1-4, 18 nov. 2011.

CAMARGO, A. M. de A.; BELLOTTO, H. L. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996.

CAMARGO, A. M. de A. Sobre o valor histórico dos documentos. **R. Arq. Mun. Rio Claro**, Rio Claro, n. 1, p. 11-17, 2003.

CIAVATTA, M. **Arquivos da memória do trabalho e da educação e a formação integrada**. Niterói: [S./], 2006.

CIAVATTA, M.; FRIGOTTO, G. As faces históricas do trabalho: como se constroem as categorias. **R. bras. Estud. Pedagog.**, Brasília, v. 74, n. 178, p. 529-554, set./dez. 1993.

DUTRA, V. M. **De Nilo Peçanha a Aurelino Leal**: conflitos inter-oligárquicos em torno da Escola Profissional Feminina de Niterói (primeira república). 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

FURTADO, A. C. Os arquivos escolares e sua documentação: possibilidades e limites para a pesquisa em história da Educação. **InCID**: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 145-159, jul./dez. 2011.

HOBBSAWM, E. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. Instrução Normativa nº 128, de 28 de março de 2022. Disciplina as regras, procedimentos e rotinas necessárias à efetiva aplicação das normas de direito previdenciário. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, ano 160, n. 60, p. 132-198, 29 mar. 2022.

NORA, P. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, [São Paulo], n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, T. M. M. de; BEDIN, S. P. M. Diagnóstico de arquivo como instrumento de avaliação na gestão documental. **Ágora**, Florianópolis, v. 28, n. 56, p. 115-135, jan./jun. 2018.

PAES, M. L. **Arquivos**: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

RODRIGUES, A. C. Identificação: uma nova função arquivística? **R. EDICIC**, [São Paulo.], v. 1, n. 4, p. 109-129, out./dez. 2011a.

RODRIGUES, A. C. Identificação arquivística: subsídios para a construção teórica da metodologia na perspectiva da tradição brasileira. **Tend. pesq. bras. Ci. Inf.**, [São Paulo], v. 4, p. 44-81, 2011b.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SOARES, M. de J. A. As Escolas de Aprendizizes Artífices e suas fontes inspiradoras. **Fórum educ.**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, p. 69-77, out./dez. 1981.

SOUZA, E. G. de. Arquivos históricos escolares: descrição e possibilidades de criação de banco de dados de fontes documentais para a História da Educação SEMINÁRIO NACIONAL DO HISTDBR, 8., Campinas 2008. **Anais** [...]. Campinas: Unicamp, 2008.